

## Avanço do agronegócio e possíveis abordagens sobre o pioneirismo “gaúcho” no Mato Grosso<sup>1</sup>

Profª. Dra. Luciana Schleder Almeida<sup>2</sup>

Esta apresentação faz parte de um conjunto de publicações realizadas no âmbito do projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio”<sup>3</sup> cuja proposta foi compreender a “modernização da agricultura” especialmente em áreas identificadas com o “agronegócio”<sup>4</sup>. O trabalho de campo ocorreu na região do Alto Teles Pires, Mato Grosso, no eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém).<sup>5</sup> Há pouco mais de 30 anos, o cultivo de soja tornou-se hegemônico na região, sendo estratégico para o movimento conhecido como “avanço da fronteira agrícola” sobre territórios de floresta. A pujança da produção de soja - associada a outros cultivos, principalmente milho – deslocou do Sul para o Centro-Oeste o título de maior produção.<sup>6</sup>

O material etnográfico foi reunido em Sorriso e em Lucas do Rio Verde, municípios que ladeiam a BR 163 quando procurei acompanhar o cotidiano de famílias sojicultoras ( especialmente uma dezena delas que plantavam entre 500 e 10 000 hectares em áreas próprias ou arrendadas) ou então famílias consideradas representativas da elite local. Como é típico de áreas novas<sup>7</sup>, as posições de poder tendem a ser ocupadas por grupos que exerceram comando no processo de abertura ou que são considerados “pioneiros”.

---

1 Essa comunicação foi apresentada em abril de 2018 como parte dos Encontros do NUAP (Núcleo de Antropologia da Política-MN/UFRJ). Agradeço aos comentários e sugestões da professora Eve-Anne Buhler e dos professores Marcos Otávio Bezerra, Valter Lúcio de Oliveira e André Dumans Guedes. Gostaria de dedicar esse texto à minha saudosa orientadora, Beatriz Maria Alásia de Heredia.

2 Professora Adjunta na Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB), São Francisco do Conde/BA.

3 PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>>

4 A emergência do termo está relacionado a um movimento “modernizante” por parte dos setores da agroindústria no sentido de se afastar de “latifúndio”, termo historicamente associado à monocultura agroexportadora. Teve como marco a criação da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) em 1992. A organização congrega órgãos de representação, cooperativas, bancos (Sicredi, Banco do Brasil, Itau, Santander), produtores de insumos agrícolas (BASF, Bayer, Dow, Du Pont, FMC, John Deere, ) e de alimentos (Bunge, Cargill, Nestle, Monsanto, Sadia). O grupo também mantém ligações como centros de elaboração de políticas públicas e de produção de informação e pesquisa, sendo também parte de seu corpo de associados a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Globo Comunicação e Participação S.A. Sobre o conceito de “agronegócio”, ver GRYSNPAN, Mario. Origens e conexões norte americanas do agribusiness no Brasil. *Revista Pos Ciências Sociais*, São Luís, MA: v. 9, n 17, 2012.

5 As incursões etnográficas na região serviram de base para a elaboração da tese de doutorado defendida em 2013: ALMEIDA, Luciana Schleder. *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia), PPGSA, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

6 Ver WESZ JUNIOR, V. J. O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste do Mato Grosso (Brasil). 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

7 Sobre as “áreas novas” criadas pela expansão do café nos séculos XIX e XX, ver MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Esta apresentação tem como objetivo lançar luz sobre famílias e comunidades engajadas nesse avanço, cuja mobilização se deu de forma sistemática, enquanto programa de colonização oficial implementada pelos governos militares (1964-1985). Os ideólogos do programa de colonização consideravam que os *imigrantes*, em sua maioria alemães e italianos, oriundos de colônias estabelecidas no século XIX no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, eram os agentes preferenciais para criar “agricultura moderna” nas novas áreas. O governo atuou no sentido de abrir estradas e criar um mercado de terras onde havia floresta e sua dispersa população de camponeses caboclos e indígenas. Colonos foram atraídos por programas de financiamento para compra de terra, para desmate e para maquinário e estrutura de armazenagem que funcionaram até meados dos anos 80. Fatores de expulsão como disputas fundiárias em suas áreas de origem, também contribuíram para o movimento.<sup>8</sup>

Percorrendo as cidades surgidas nessa época como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, podemos considerar que o programa governamental foi muito bem sucedido. Houve uma rápida transformação da paisagem e as lavouras se impuseram na região. A população preestabelecida foi marginalmente incorporada pela nova sociedade ou mesmo exterminada. Embora as condições de chegada já não sejam tão promissoras, o fluxo migratório do Sul nunca cessou. Antes, o que ocorreu foi o fortalecimento da região como um ponto de atração, trazendo também fluxo migratório de trabalhadores do Norte a partir dos anos 1990.<sup>9</sup>

Um dos objetivos da pesquisa foi explicitar o processo de emergência de novas identidades sociais, partindo da premissa de que se trata de uma experiência de colonialismo do Estado sobre si mesmo.<sup>10</sup> A análise se insere, portanto, na discussão sobre os conceitos de neocolonialismo elaborado por Kwame Khrumah no pós-guerra e a retomada de colonialismo interno como em Gonzales Casanova nos anos 1970. A noção de neocolonialismo joga luz nas modalidades de dominação colonial baseadas em tratados econômicos entre estados independentes. Gonzales Casanova retomou uma discussão proposta por Marx sobre relações coloniais que podem ocorrer no interior do Estado-Nação e que tendem a submeter “minorias ou etnias colonizadas”.<sup>11</sup>

---

8 TAVARES DOS SANTOS, Jose Vicente. *Matuchos : exclusão e luta : do sul para a Amazônia*. Petropolis: Vozes, 1993.

9 PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Migrações em áreas de agronegócio. *Travessia Revista do Migrante*, Sao Paulo, n. 65, set.-dez, 2009.

10 Segundo IZARD, os processos coloniais no interior de um Estado nação tem a ver com modalidades de instalação de colonos em regiões geralmente pouco povoadas, mas de boa vocação agrícola ou com matéria-prima não explorada. Em tais casos, o equilíbrio da população se modifica progressivamente até que possa levar à marginalização da população autóctone ou mesmo de extermínio. Ver BONTE (Pierre) IZARD (Michel) (éds) *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie* Paris P.U.F. 1991

11 Conforme GONZALEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). En publicacion: *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina, 2007: “ Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação com variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência.”

Entender a expansão do “agronegócio” no Mato Grosso sob a ótica colonial, portanto, permite colocar em evidência o componente étnico dos conflitos deflagrados envolvendo disputa territorial com populações tradicionais e indígenas.<sup>12</sup>

Embora os colonos sejam oriundos de diversas “áreas colonias” nos três estados do Sul, no Mato Grosso, essas comunidades pioneiras assumiram a mesma definição “gaúchas” como marcadora da posição hegemônica e da origem comum (já que “gaúcho” é gentílico do nascido no Rio Grande do Sul).

O discurso de afirmação de suas qualidades “culturais” (disciplina, persistência, *saber trabalhar*) está baseado na comparação com as “culturas” portadas por outras populações da área: os “cuiabanos” ou antigos moradores da terra e os “maranhenses” ou trabalhadores vindos do Norte e Nordeste para ocupar postos no ramo de serviços, na construção civil e nas fazendas. O nome “maranhense” opera como uma marca étnica, na medida em que são nomes descritivos que associam a origem com a ocupação, em que se lê “braçal”.<sup>13</sup> A consolidação do projeto colonial, neste contexto, opera como evidência palpável da superioridade da “cultura” ou da “tradição” portada pelos colonos “gaúchos”.<sup>14</sup>

Desse modo, a memória pioneira reservou aos “não-gaúchos” uma posição historicamente passiva ou perigosa. Os “cuiabanos” são associados à paisagem de botecos à beira da estrada e plantações rudimentares de mandioca (imagem-evidência de que não eram capazes de enxergar o verdadeiro potencial do lugar). Os “maranhenses” são os trabalhadores que habitam os bairros periféricos, reproduzindo o padrão de segregação espacial de grandes cidades. A eles, “gaúchos” atribuem uma natureza “culturalmente inferior”: famílias desestruturadas, sociabilidade violenta, lascívia, desinteresse pelo trabalho. No intuito de desenvolver esse debate sobre poder e “cultura”, busquei amparo teórico na noção de *ethos*.

Em Bateson<sup>15</sup>, *ethos* é definido como sistema culturalmente padronizado de organização dos instintos e das emoções dos indivíduos; é abstração feita a partir de toda a massa de suas instituições e formulações; se expressa pelo tom do comportamento. Para Geertz<sup>16</sup>, aspectos éticos e

---

12 BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998, p. 113 assinala que “A especificidade da organização social étnica decorre do papel que nela desempenham os contrastes culturais, mas esse papel não pode ser dissociado dos processos de manifestações de identidades. Tais processos são organizacionais precisamente na medida em que não derivam da psicologia dos indivíduos, mas da constituição de espaços cênicos e das operações externas que os atores aí realizaram uns com os outros. É nesses espaços que os atributos culturais adquirem um valor expressivo (e podem então ser altamente seletivos, não como reveladores de uma realidade subjetiva, até mesmo inefável, mas como reivindicação pública que necessita ser publicamente validada e ratificada e que supõe um idioma convencional comum.”

13 BARTH, F., op. Cit., p.151.

14 Conforme CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas*, São Paulo: UDU, 2017, cultura com aspas corresponde à apropriação de “bens” exportados na situação colonial. Na atual conjuntura, assume o papel de argumento político na resistência contra potências coloniais ou como “arma dos fracos”. Nesta pesquisa, o “cultura” opera mais como “arma dos fortes”.

15 BATESON, G. *Naiven*, São Paulo, EDUSP, 2008.

16 GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

estéticos de uma dada cultura ou seus elementos morais, foram resumidos sob o termo *ethos* enquanto que aspectos cognitivos existenciais (ontológicos e simbólicos) foram designados pelo termo *visão de mundo*. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estéticos. *Visão de mundo* é conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade; contém idéias mais abrangentes sobre ordem. Considerando esse processo de disputa e conquista territorial, cultural e economicamente situadas, a pesquisa buscou revelar quais são os atributos que constituem o *ethos* que sustenta essa frente colonial contemporânea.

A pesquisa demonstrou como o deslocamento para o Cerrado significou a assunção de outra posição social: os colonos deixaram a condição imigrante e subordinada à elite nacional para assumir papel central na economia e política nacionais. Conforme Seyferth(1990), no século XIX, “imigrante” era um termo genericamente tomado como “sinônimo de trabalhador, no sentido de que estava no país para substituir o 'braço escravo' ou para produzir alimentos”: “brasileiros, especialmente a elite, assumiram em diversas ocasiões a posição de maioria (como grupo dominante), classificando os imigrantes de forma estereotipada, no sentido de desqualificá-los, ou para justificar-lhes uma posição subordinada”. De fato, no Sul do Brasil, “colono” tem o sentido de “caipira”, remete à rusticidade camponesa. A condição de minoria, no entanto, não significa que essa definição de grupo não tenha sido elaborada sob a perspectiva etnocêntrica de superioridade étnica.<sup>17</sup>

Na memória das famílias reconhecidas como “pioneiras” ou “fundadoras”, o processo de urbanização, emblema civilizatório, aparece constantemente como teatro de disputa interna por prestígio e também de distinção “cultural” da comunidade “gaúcha”. Depois da primeira rua, além da construção da igreja, foi frequentemente mencionada como marco de fundação a criação de um “Centro de Tradições Gaúchas”, o “C.T.G.”, um tipo de clube recreativo que são espaços cerimoniais da “cultura gaúcha” ou simplesmente da “tradição”. A afirmação da cultura “gaúcha” envolve performances como a parada cívica pelas principais ruas da cidade por ocasião do “Dia do Gaúcho” e também expressões mais cotidianas como o *saber trabalhar* atribuído a um conhecimento de origem nas “colônias” do Sul.

Com base nos estudos de Seyferth (op.cit.), podemos afirmar que o *saber trabalhar* e o valor da autonomia operam como fatores diacríticos no contexto do Mato Grosso, estando associados às “sociedades de capela” ou auxílio mútuo característicos das *áreas coloniais*. Conforme a autora, o *ethos* do *imigrante* tem como base a “colônia” como um microcosmo auto-suficiente – em que colônia designa tanto a pequena propriedade quanto a área rural. Essas formas de cooperação descritas pela autora devem ter contribuído para imprimir neste *ethos pioneiro* um tom de autonomia camponesa. Embora haja disputa pela liderança do trabalho comunitário, aquelas pessoas

---

17 SEYFERTH, G. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília; UnB, 1990.

consideradas detentoras da memória pioneira frequentemente conferem agência à “sociedade”: “a sociedade construiu a igreja”, “a sociedade fez a escola”, etc.

Essa imagem de “sociedade autosuficiente” continua fazendo sentido nas áreas novas, mas incorpora novos símbolos ligados ao papel da sojicultura na divisão social do trabalho global. No Mato Grosso, a razão de ser da propriedade deixa de ser a subsistência da família e a produção familiar<sup>18</sup> passa a responder as demandas do mercado global de *commodities agrícolas*. Como consequência, as famílias sojicultoras de Sorriso e Lucas do Rio Verde, consideram-se agora, não somente autosuficientes como também provedoras da população mundial. Provavelmente esses valores camponeses-pioneiros contribuem para o surgimento de movimentos pela criação de novos estados da federação em áreas novas de “agronegócio” ocupadas por colonos “gaúchos” como no sul do Pará e no oeste da Bahia. No Mato Grosso, esse movimento não pareceu expressivo, talvez porque a comunidade “gaúcha” já exerça imensa influência na política estadual.

A teoria nativa sobre o desenvolvimento do “agronegócio” entende que a agricultura alimenta a mola do desenvolvimento urbano e industrial. No contexto político nacional, há uma série de elementos que reforçam essa crença: (i) commodities agrícolas respondem por cerca de 30 % do PIB brasileiro; (ii) o setor do “agronegócio” compõe a robusta frente “ruralista”, capaz de mobilizar cerca da metade dos votos do Congresso Nacional; (iii) na política do Mato Grosso, os governadores tendem a ser “gaúchos”; (iv) no que concerne à indústria cultural, os gêneros musicais antes restritos às exposições agropecuárias do Centro Oeste tornaram-se palatáveis para o público das demais regiões do país.

A menção ao termo “agronegócio” em campo, no entanto, provocou frequentemente reações defensivas o que indica que “gaúchos” estão cientes que atributos deletérios historicamente ligados ao “latifúndio”, hoje se aplicam ao “agronegócio”: injustiça fundiária, degradação ambiental e trabalho escravo. Pela postura investigativa, era comum ser identificada como jornalista e, com o tempo, percebi que entre “gaúchos” havia uma certa mágoa em relação aos veículos de comunicação sediados nas grandes capitais brasileiras. Não surpreende, portanto, o investimento em campanhas publicitárias “Sou Agro”<sup>19</sup> ou a mais recentemente e massiva “Agro: A indústria-riqueza do Brasil: agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Agro tá na [TV] Globo.”

---

18 A produção e os negócios dos “gaúchos” contém um fundamental componente de natureza familiar. Foi raro em campo conhecer empreendimentos, de variados segmentos e tamanhos, que não fossem geridos por “sociedades” formadas por pais e filhos; por siblings, sendo as mulheres alijadas dessas posições em favorecimento dos maridos (cunhados).

19 BRUNO, Regina. *Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio*. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 36, 2012, Fortaleza, set. 2012. Disponível em <<http://portal.anpocs.org/portal/>>